

LÚCIA VÂNIA

Aborto não é a questão central

A deputada Lúcia Vânia Abrão Costa (PMDB-GO), que já foi primeira-dama do seu Estado e é casada com o senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), com posições consideradas de direita, tem se colocado sobre as questões polêmicas na Constituinte, demonstrando uma tendência moderada e até mesmo progressista. Ela defende o parlamentarismo como sistema de governo, apesar da "oposição forte", e entende que não se deve "escancarar" as portas ao capital estrangeiro, mas sem deixar de lado a visão de que hoje a economia é "internacionalizada".

Defende também a reforma agrária, "apesar de todas as pedras colocadas no caminho" e acha que a criação de um Conselho Nacional de Comunicação é uma "visão moderna de democracia". Lúcia Vânia não concorda com a legalização do aborto, mas defende uma política de assistência à saúde da mulher. Para ela, colocar o aborto na Constituição, sem questionar as causas que levam ao aborto, é penalizar a mulher a ser analisada somente pelo ângulo da maternidade e não como "um ser humano completo".

Lúcia, como você está vendo hoje, na Constituinte, os problemas da mulher?

— Eu acredito que a mulher brasileira tem revelado aqui, na Assembleia Nacional Constituinte, através de emendas populares, de "lobbies", toda a vitalidade do movimento organizado das mulheres e mesmo toda mobilização que se fez em torno das propostas que envolve as mulheres de modo geral. Eu acredito que em relação à aposentadoria da mulher, hoje, nós conseguimos, principalmente a aposentadoria da mulher do lar, a unanimidade em torno dessas propostas. E acredito mesmo que se nós conseguirmos inserir no texto constitucional um instrumento que garanta essa aposentadoria nós tenhamos já justificado todo o nosso movimento em torno dessa luta pela igualdade da mulher.

Agora, nós temos também essa luta em torno do aborto, que é um tema complexo, polêmico. Eu pessoalmente tenho, reite-

radas vezes, dito que sou contra a prática do aborto, mas, acredito que toda legislação que vise ao livre arbítrio do ser humano é uma conquista, é um desenvolvimento. Portanto, nós temos que legislar pensando no futuro e pensando na modernidade. Nós sabemos que o aborto é praticado nesse País de forma indiscriminada e colocar o aborto na Constituição significa penalizar as mulheres sem questionar a causa que leva a mulher ao aborto. E, mesmo em relação a essa reivindicação que visa a legalização do aborto eu tenho as minhas restrições, porque eu acredito que quando nós advogamos em favor da discriminização do aborto, nós estamos abrindo a porta para que só se analise a mulher sob o ângulo da maternidade!

Dentro das questões econômicas, está se discutindo muito a empresa nacional. Como vê a questão?

— Nós temos que ter muito cuidado na definição da empresa nacional. É bem verdade que nós não podemos escancarar as portas do País para o capital estrangeiro, mas também nós temos que ter o cuidado de não alijar esse capital estrangeiro, porque o nosso País ainda não é rico em poupança interna e nós precisamos, para o nosso desenvolvimento, da poupança externa.

Você, que é jornalista também, como está vendo a reação à proposta de criação do Conselho Nacional de Comunicação e a campanha pelo fim do diploma do jornalista?

— Eu acho que as escolas de Comunicação têm prestado um serviço enorme à sociedade brasileira. E, apesar de todas as falhas e deficiências estruturais, nós sabemos que as escolas de Comunicação têm formado uma consciência crítica enorme em todos os alunos de jornalismo.

E, em relação ao Conselho Nacional de Comunicação, talvez seja o maior sonho democrático que este País possui. Porque nós não podemos, de forma nenhuma, conviver com um País moderno, enquanto nossos meios de comunicação são ainda distribuídos, determinados, por um Poder Executivo forte, por um apadrinhamento político.